

Os colecionadores da natureza: a invenção de si mesmo através da patrimonialização do mundo natural

Luciana Braga Silveira*

Resumo

Uma geógrafa em Minas Gerais, um engenheiro na Bahia, uma pedagoga no Rio de Janeiro, todos interessados em “coleccionar a natureza”. Estas pessoas de lugares sociais e geográficos tão distintos, que enxergam o colecionável no mundo natural, têm em comum o fato de serem proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Tais áreas naturais protegidas pela legislação ambiental brasileira foram criadas voluntariamente em suas propriedades rurais. Ao discutir estes casos pretendo refletir sobre o papel exercido pelos objetos na construção de identidades, na organização da memória pessoal e familiar, na legitimação de ideias e na instauração de sistemas de poder, considerando a importância da prática do colecionamento-exposição na conformação das subjetividades.

Palavras-chave

RPPNs. Patrimônio. Natureza.

Abstract

A geographer in Minas Gerais, an engineer in Bahia, an educationalist in Rio de Janeiro, all of them interested in “collecting nature”. These people, who come from such different social and geographical backgrounds and see the collectable in the natural world, have in common the fact of owning Private Natural Heritage Reserves (*Reservas Particulares do Patrimônio Natural*, RPPNs). These natural areas protected by Brazilian environmental legislation were voluntarily created in their rural properties. By discussing these cases I intend to reflect on the role played by objects in the construction of identities, in the organization of personal and family memory, in the legitimacy of ideas, and in the establishment of systems of power, considering the importance of the practice of collecting and exposing in the configuration of subjectivities.

Keywords

RPPNs. Heritage. Nature.

* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil) e professora adjunta da Universidade Federal de Lavras (Lavras/Brasil). E-mail: lucianabraga@dac.ufla.br.

Uma geógrafa em Minas Gerais, um engenheiro na Bahia, uma pedagoga no Rio de Janeiro, todos interessados em “coleccionar a natureza”. O que leva pessoas de lugares sociais e geográficos tão distintos a enxergarem o colecionável no “mundo natural”? Maria Tereza Schmidt, Fernando Menezes e Laura Ferraz, cujas experiências de colecionamento, relatadas em entrevistas, serão tratadas neste trabalho, têm em comum o fato de serem proprietários de RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural)¹.

As RPPNs são áreas naturais, protegidas pela legislação ambiental brasileira, estabelecidas em domínios privados mediante a livre iniciativa e o desejo do proprietário dessas terras. As RPPNs têm sido instituídas por empresas, organizações não governamentais (ONGs) e por indivíduos em todo o território brasileiro. Porém, no âmbito da pesquisa desenvolvida e neste artigo, mais especificamente, trabalho apenas com as histórias de vida destes últimos.

As RPPNs fazem parte do leque de unidades de conservação brasileiras, áreas naturais de uso restrito, que, por serem consideradas de alta relevância ecológica e propícias para a proteção da fauna e da flora, são submetidas à regulação do Estado. Diferem-se das demais categorias de unidade de conservação por serem instituídas e geridas por proprietários particulares, com o aval do Estado, sem deixarem de ser propriedade privada.

Para além da importância ecológica que lhes atribuem os ambientalistas em geral, são espaços em que se processa a reconstrução simbólica da “natureza” e da “terra”. A “natureza” da qual falam os proprietários de RPPNs, ou Rppnistas, é conhecida, experimentada sensorialmente e apropriada como um bem privado; é a “natureza particular”. A noção de “patrimônio”, que inspira a concepção legal da categoria RPPN, permite a ambiguidade característica dessas reservas: são áreas naturais ao mesmo tempo domínios particulares e “bens comuns da humanidade”.

Estas áreas naturais se revelaram como espaços em que se verifica o exercício criativo e imaginativo da noção de “meio ambiente”. Diretamente relacionadas a projetos dos indivíduos que as constituíram em suas propriedades rurais, as RPPNs respondem aos seus anseios, expectativas e planos de vida e expressam trajetórias particulares. De fato, as formas de planejamento, organização espacial e significação das RPPNs se referem aos propósitos e à subjetividade dos seus proprietários.

¹ Este artigo é o resultado de uma das discussões desenvolvidas em minha tese de doutorado. Para ter acesso ao trabalho na íntegra ver Silveira, 2009.

Contudo, as narrativas dos Rppnistas, além das especificidades das referências pessoais, apresentam marcas de vivências sociais que se aproximam, o que nos leva a pensar em possíveis classificações. Há aqueles com uma história familiar relacionada à terra, cujas propriedades rurais já fazem parte do patrimônio familiar há várias gerações. Observam-se também indivíduos cuja relação com o espaço rural é mediada por uma sensibilidade religiosa. Da mesma forma, é possível perceber indivíduos que veem nas RPPNs um espaço propício ao colecionamento da natureza.

Proprietários Familiares, Espiritualistas Ecológicos, assim como *Colecionadores da Natureza*, são categorias criadas para analisar o universo de práticas e representações dos Rppnistas, com o objetivo de verificar, em profundidade, como as RPPNs podem ser reinventadas a partir dos projetos dos indivíduos.

Neste trabalho, pretendo me deter sobre aqueles por mim designados *Colecionadores da Natureza* e discutir como a compreensão da natureza como objeto de coleção caracteriza este grupo e a constituição de coleções e museus nas RPPNs proporcionam que estes atores digam muito sobre si mesmos.

As experiências de colecionamento de plantas, insetos e carcaças de animais, bem como da criação de herbários e museus nos domínios das RPPNs, nos remetem imediatamente ao universo dos viajantes naturalistas do século XIX e sua busca de transformar sensações experimentadas no decorrer de sua viagem e as observações sobre plantas, animais, paisagens em “ciência”. Porém, as questões trazidas pelas práticas de colecionamento dos Rppnistas nos levam mais longe: estimulam uma reflexão sobre o papel exercido pelos objetos na construção de identidades, na organização da memória pessoal e familiar, na legitimação de ideias e na instauração de sistemas de poder. Ao discutir esses casos pretende-se, para além das idiossincrasias de cada experiência, trazer elementos para o debate sobre a importância da prática do colecionamento-exposição na conformação das subjetividades.

Uma geógrafa “metida a botânica”

Colecionar é algo muito apreciado pela geógrafa Maria Tereza Schmidt, que tem catalogado e organizado exposições dos mais diferentes objetos, além de ter criado três bibliotecas e um museu em sua fazenda.

Maria Tereza atua ativamente na Associação de RPPNs de Minas Gerais, tendo sido por mais de uma vez presidente dessa instituição. Sempre pronta para convocar os demais Rppnistas para os eventos relativos às reservas privadas, ela representa um importante papel na congregação desses sujeitos e na definição de seu papel como “guardiões da natureza”. Maria Tereza tem trabalhado como consultora em projetos de conservação ambiental, especialmente naqueles relacionados às RPPNs.

Maria Tereza pertence a uma tradicional família de Alfenas, MG, e a história de criação da RPPN se cruza com a sua história familiar. A Fazenda Lagoa, que deu nome à RPPN de Maria Tereza, foi adquirida, no início do século XX, por seu avô, um grande usineiro da região de Alfenas.

Abaixo, uma foto aérea da Fazenda Lagoa, onde se pode observar as matas que conformam a RPPN:



A arquitetura em estilo colonial das construções da Fazenda Lagoa não passa despercebida, até mesmo porque Maria Tereza se encarrega de chamar a atenção para o fato. Inclusive, ela pensa em realizar o tombamento de algumas das construções.

Fotos de seus antepassados estão espalhadas pelas paredes da sede da fazenda; um antigo moinho é mantido intacto: o encantamento pelo passado

que Maria Tereza expressa se cruza com a admiração pelos personagens de sua família e por suas histórias homéricas, que têm como principal cenário a Fazenda Lagoa.

Disputando espaço com as fotografias de familiares, estão muitos quadros com desenhos, pinturas e fotografias de toda sorte de animais, sinalizando para qualquer observador que o tema “natureza” ocupa um lugar de destaque também no ambiente humanizado, no interior das casas da fazenda. Percebe-se que, lado a lado com a iniciativa de proteger as matas de sua RPPN, está o desejo de preservar o passado e a história familiar.

É ao passado que Maria Tereza se remete para explicar de onde vem o seu interesse pela temática ambiental. Dois lugares são destacados como importantes na sua formação como ambientalista: a fazenda e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Maria Tereza diz possuir uma “dupla identidade”, metade carioca, metade mineira. Nunca vivera na fazenda, em Monte Belo, MG, sempre morou no Rio de Janeiro. Mas passava aí longos períodos quando, acompanhada por seu pai, percorria de jipe as matas da propriedade de sua família.

Dos passeios na sua infância no Jardim Botânico, juntamente com a sua mãe, ficou o gosto pela botânica, que a levaria, na vida adulta, a criar a sua primeira coleção na fazenda, um viveiro de mudas nativas: o Horto Monte Alegre. O Horto Monte Alegre, que inicialmente se localizava na usina de açúcar da sua família, mais tarde foi transferido para a fazenda. A sua criação antecede a instituição da RPPN e é uma das primeiras iniciativas conservacionistas de Maria Tereza. As matas que hoje formam a RPPN, de acordo com Maria Tereza, já eram mantidas desde o tempo de seu avô. Segundo ela, eram áreas extremamente íngremes, com muito afloramento rochoso, de pouca valia para a atividade agropecuária.

A “paixão” pela botânica a que Maria Tereza se refere também teve um papel decisivo na sua escolha profissional.

A coleção que constitui o herbário é composta por objetos naturais que foram retirados do seu contexto primeiro, as matas da RPPN Fazenda Lagoa. É a lógica científica que rege a forma de coleta, de classificação, de organização e de conservação, procedimentos que organizam esses exemplares de uma maneira completamente distinta da forma como estavam dispostos inicialmente na natureza. Verifica-se, portanto, que estes objetos naturais sofreram um processo de deslocamento e reclassificação que lhes atribuíram uma coerência e lhes deram uma possibilidade de comparação uns com os outros que não existia anteriormente. Buscando assegurar a sua

continuidade no tempo e no espaço (GONÇALVES, 2007), Maria Tereza, ao constituir e manipular essa coleção, deu a esses objetos da natureza novas formas e significados.

Para Latour (2006), tal manuseio produz algo novo, uma informação que jamais seria possível se obter se não houvesse as operações de *seleção* do que colecionar, da *extração*, do *deslocamento* dos objetos de seu contexto, da *redução* do mundo vegetal aos exemplares da coleção. É um processo de visibilização do que anteriormente não se podia ver. Os procedimentos científicos criam a possibilidade de mensurar e comparar objetos que, dispersos na natureza, sem determinada organização, não apresentariam a coerência que a ciência lhes dá. Segundo Latour:

Da mesma forma que as aves do museu ganhavam pelo empalhamento uma coerência que as tornava comparáveis, assim também todos os lugares do mundo, por mais diferentes que sejam, ganham, através do mapa, uma coerência ótica que os torna todos comensuráveis (LATOURE, 2006:29).

A informação gerada a partir de uma espécie empalhada, de um mapa, de uma coleção recria, então, a matéria, suprimindo, muitas vezes, a própria história da produção e da apropriação do objeto, o que Clifford (1994) chama de “fetichismo da coleção”.

No caso de Maria Tereza, a coleção de plantas, além de sofrer um primeiro deslocamento (da natureza para o herbário), é novamente transferida de contexto espacial: do museu da Fazenda Lagoa ela segue para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Um novo tratamento é dado à coleção de Maria Tereza, tanto no que se refere aos cuidados na sua conservação (temperatura, armazenamento dos exemplares, utilização de substâncias para extinção de pragas), quanto ao seu destino final. A coleção adquire um novo *status* ao ser deslocada da fazenda para o Jardim Botânico, podendo estar em uma instituição consagrada nessa tarefa, mais acessível para os estudos taxonômicos e florísticos de cientistas especializados e de renome.

Embora tenha doado esse “acervo”, Maria Tereza exigiu que o nome da ONG que criou e preside, e através da qual desenvolve atividades ligadas à conservação ambiental, o *Instituto Sul Mineiro*, aparecesse na identificação da sua coleção de plantas. Desse modo, ela ainda se mantém como proprietária do herbário, já que “permanece nele”.

De acordo com Gonçalves (2007), existe uma relação metonímica entre o proprietário e a propriedade. No caso das coleções, o objeto pode ser

considerado parte do colecionador e vice-versa. Observa-se como os objetos colecionados podem se tornar extensões morais dos indivíduos, estabelecendo mediações entre eles e o universo natural e social. Tais objetos carregam algo de seu proprietário, “o *hau* que quer voltar ao lugar de seu nascimento, ao santuário da floresta e do clã e ao proprietário” (MAUSS, 2002:199).

Abaixo, observam-se fotos de alguns exemplares do herbário que restaram na fazenda:



Na foto a seguir, o armário onde Maria Tereza armazenava as plantas:



A prensa onde as plantas eram preparadas:



Em um dos museus da Fazenda Lagoa podem ser encontrados: uma marca de pegada de um felino, impressa no barro; ossadas de aves; carcaças de animais; ninhos de pássaros.

Seguem as fotos:



Cada coleção parece ser pensada sob uma lógica específica, referente às propriedades dos objetos colecionados e à forma como estes se inscrevem na história que Maria Tereza deseja contar sobre si mesma. As coleções são coerentes com o seu propósito conservacionista: as ossadas e carcaças são apenas recolhidas de animais que já estavam mortos, os ninhos devem estar abandonados pelos pássaros, de forma que, seguindo as regras de utilização da RPPN, o ecossistema não sofra alterações.

Para Baudrillard (2008), os objetos podem ser utilizados ou “possuídos”. A posse jamais é de um utensílio, mas refere-se sempre à abstração do objeto e à sua relação com o indivíduo. O objeto puro, privado de sua função ou abstraído de seu uso adquire um estatuto subjetivo, torna-se objeto de coleção. De acordo com esse autor, tais objetos formam um sistema, através do qual os indivíduos procuram reconstituir um mundo, uma totalidade privada.

O que se observa é que, através das plantas secas, das ossadas, dos ninhos e da pegada do felino, Maria Tereza se faz ambientalista e realiza-se como botânica; esses objetos, ao serem extraídos do mundo natural tornam-se, na concepção de Baudrillard (2008), “espelhos”, emitindo as imagens que Maria Tereza busca exaltar em si mesma.

Reescrevendo a “memória da mata”

A criação de um horto florestal exigia mudas “nativas” na composição do viveiro. A vegetação nativa de um determinado espaço natural é considerada “original”, aquela que estaria em seu verdadeiro habitat, que não teria sido introduzida pelo homem. Nota-se que a noção de originalidade pode ser associada ao critério de “autenticidade”.

Segundo Gonçalves (2007), os objetos aos quais se atribui “autenticidade” possuiriam uma aura, associada com sua relação genuína com o passado. Singulares, únicos, seriam mais verdadeiros, mais reais.

Contudo, é curioso observar que a própria criação do horto coloca em xeque essa suposta originalidade que se pretende alcançar. Afinal, as plantas “nativas” não estavam lá, foram cultivadas. Há que se considerar que a busca de “autenticidade”, através do incentivo à recomposição florestal com espécies nativas, é um tema polêmico, alvo de disputas e conflitos entre a lógica científica e o conhecimento tradicional local (PRADO & CATÃO, 2008).

O horto florestal do Jardim Botânico do Rio de Janeiro produz não apenas mudas nativas, mas também aquelas que estariam ameaçadas de extinção, ou seja, as mais *raras*. No caso do herbário de Maria Tereza, embora a coleta não privilegie as espécies vegetais pouco encontradas, aquelas consideradas mais raras têm um valor especial. Observa-se que o critério *raridade* coincide com a ideia de *endemismo*. Segundo a ciência conhecida como “biologia da conservação”, as espécies consideradas endêmicas são aquelas com área de ocorrência limitada, que se encontram em apenas um ou alguns lugares dentro de uma área geográfica restrita (PRIMACK & RODRIGUES, 2001).

Também são “raras” aquelas espécies da fauna e flora consideradas “ameaçadas de extinção”. O risco de desaparecimento de animais e plantas tem sido um fator considerado de extrema relevância na elaboração de programas de conservação ambiental. O critério *raridade* tem sido um dos principais argumentos para a justificativa da criação de RPPNs, e, no caso específico de alguns Rppnistas, para práticas de colecionamento da natureza. Em relação ao caso de Maria Tereza, é da identificação de primatas ameaçados de extinção na fazenda que surge a ideia da criação da ONG ambientalista Instituto Sul Mineiro, que tem sua sede e campo de atuação vinculada à RPPN Fazenda Lagoa.

Segundo Gonçalves (2002), as práticas de apropriação, restauração e preservação de determinados objetos são legitimadas através da “retórica da perda”. Esse discurso, alimentado por um “desejo permanente e insaciável de autenticidade” (:26), estaria norteado por uma concepção moderna de história em que valores, instituições e objetos associados a “tradição” ou “memória” nacional estariam ameaçados por um processo inexorável de destruição. Destaca-se que esse “lamento” constante sobre a perda coexiste com o esforço de preservação, ou seja, é constitutivo desse discurso. Afinal, o que seria das RPPNs e dos Rppnistas se não houvesse esse constante sentimento de desaparecimento e destruição da natureza?

A “antiguidade” também é um critério adotado por Maria Tereza no estabelecimento de uma coleção. É o que, por exemplo, torna interessante a sua coleção de mapas, onde podem ser encontradas, segundo Maria Tereza, “verdadeiras preciosidades”.

Da mesma forma, é por serem antigas que certas árvores da fazenda são mais valorizadas e vistas com maior apreço por Maria Tereza. Durante um passeio pela sua RPPN e outras áreas da fazenda, Maria Tereza chamava a atenção para as centenárias jabuticabeiras, mangueiras e jequitibás.

De acordo com Clifford:

Os objetos antigos são dotados de um senso de “profundidade” por parte de seus colecionadores de mentalidade histórica. A temporalidade é reificada e resgatada enquanto origem, beleza e conhecimento. (CLIFFORD, 1994:74).

Porém, outros pressupostos orientam a seleção do que deve ser colecionado. Maria Tereza possui uma instigante coleção de areias e conchas que não são coletadas exclusivamente na fazenda, mas também em outros lugares onde ela esteve (Flórida, Caribe, Praia de Ipanema, no Rio de Janeiro). Através das areias e conchas Maria Tereza pode colecionar as suas viagens pelo mundo. Tais objetos materializam a experiência, realizam uma operação de “redução do mundo” (LATOURET, 2006), dos lugares por onde passou, que a partir dessa coleção tornam-se palpáveis, visíveis aos olhos dos outros.

Dialogando com a coleção de areias e conchas, estão os glossários de expressões inglesas que Maria Tereza tem organizado desde que começou o seu curso de intérprete. Através desses glossários, Maria Tereza coleciona termos de direito, náuticos, médicos, de negócios. Segundo ela, esse material pode ser extremamente útil para o trabalho de tradução ao qual pretende se dedicar (Maria Tereza está se preparando para trabalhar com tradução simultânea em congressos científicos, em especial na área ambiental). Além disso, essa coleção pode ser um meio muito eficaz para acumular conhecimento linguístico para se comunicar em suas viagens.

No museu da Fazenda Lagoa também se encontra uma coleção de cadernos de campo, iniciada por Maria Tereza nos anos 1970. Segundo ela, esses cadernos são a “memória da mata” e esporadicamente são consultados, principalmente para a preparação de artigos a serem publicados.

Observa-se que areias, conchas, glossários, cadernos são objetos através dos quais Maria Tereza conta e registra a sua história. Ela seleciona os lugares que merecem ser lembrados, as expressões que devem estar na “ponta da língua”, da mesma forma que elege as observações que devem ficar registradas nos cadernos de campo. Esse trabalho de colecionamento pressupõe uma seleção que envolve inevitavelmente critérios subjetivos. E a partir desses objetos ela fala de si mesma, de suas preferências, de sua história pessoal.

Maria Tereza criou três bibliotecas em um antigo dormitório, despensa e no escritório de café da fazenda. Em uma delas estava o que ela considerava serem “obras raras” e livros especiais. Segundo Maria Tereza, as obras comuns podiam ser emprestadas, e mesmo doadas, a pesquisadores que visitavam a fazenda, mas as raras não. Estas eram cuidadosamente guardadas.

Na biblioteca de obras raras, era possível encontrar livros de botânica, agronomia, zoologia, meio ambiente, bem como obras sobre viajantes naturalistas no Brasil e unidades de conservação. Havia outra biblioteca onde se viam teses, revistas científicas, dicionários, um livro de fotos de paisagens da fazenda, visitantes e pesquisadores. Uma terceira biblioteca era destinada ao público infanto-juvenil. Maria Tereza conta com orgulho que, em uma visita à fazenda, um professor da Unicamp considerou o seu acervo como um dos mais completos que ele já conheceria.

Maria Tereza considera que as bibliotecas e o museu são um importante diferencial em relação a outras fazendas. A sua “paixão por livros”, e, notadamente, pelas ciências naturais nos ajuda a compreender o papel da RPPN nesse processo de colecionamento-exposição, observado na Fazenda Lagoa. Segundo Maria Tereza, a decisão de criar a RPPN nas matas da fazenda se refere à tentativa de ampliar o trabalho iniciado com o Horto Monte Alegre. Se com o horto estava restrita à tarefa de coletar na mata e produzir mudas nativas para projetos de reflorestamento, com a RPPN é possível trazer pesquisadores para desenvolverem os mais diferentes estudos. Inclusive, em uma das bibliotecas se encontram as teses e dissertações de mestrado e doutorado elaboradas sobre a RPPN, fato que muito a envaidece. Percebe-se que o grau de importância dado por Maria Tereza às RPPNs varia em função do número de pesquisas realizadas nessas reservas. É o que pôde ser constatado quando ela fala sobre outras RPPNs e os trabalhos nelas desenvolvidos.

O museu, as bibliotecas e demais acomodações estão localizados fora dos perímetros da RPPN. Maria Tereza diz que é essa a recomendação que ela dá a outros proprietários: que deixem os alojamentos e as construções fora da reserva. Isso porque, embora a legislação permita que uma pequena infraestrutura seja construída dentro das RPPNs, corre-se o risco de se ter problemas com as vistorias e fiscalização do IBAMA. A RPPN Fazenda Lagoa é então uma área estritamente natural e as atividades aí desenvolvidas limitam-se às pesquisas científicas e à educação ambiental.

Através da sua RPPN, Maria Tereza completa o seu ofício de colecionamento: se nas bibliotecas e no museu seleciona, organiza os objetos que ela considera interessantes para a exposição, as matas da RPPN, por si mesmas, realizam o trabalho de colecionar e expor aos visitantes a “natureza nativa”, que possui, por excelência, os atributos que as tornam objeto digno de coleção: a “autenticidade” e a “raridade”.

Dono da terra, dono da natureza, dono da história

A criação do sugestivo Museu do Dendê também se insere no rol de práticas de colecionamento da natureza. Construído na RPPN que Fernando Menezes possui juntamente com sua esposa e com a cunhada Luíza de Mendonça, a quem pude entrevistar, o Museu do Dendê reitera uma autoridade sobre o meio natural, alcançada através da criação da reserva.

Antes, porém, de discutir como a busca de recuperação do passado, inaugurada pelo Museu do Dendê, está associada ao poder de delimitar e dar sentido aos espaços naturais, controlando-os, falemos um pouco sobre como, ao criar a RPPN em sua fazenda, Fernando deixa de ser apenas “dono da terra” para também se tornar “dono da natureza”.

Fernando é natural de Morrinho, Goiás. Atualmente vive em Salvador, onde é engenheiro da Petrobras. Na década de 1980, Fernando e sua esposa encontraram em Valença, BA, uma fazenda pela qual se encantaram. Localizada na chamada “Costa do Dendê”, uma faixa de cerca de 100 km que percorre o litoral sul da Bahia, a fazenda se insere em um polo turístico que tem como atrativos diversas praias, recifes, cachoeiras, manguezais e que vem experimentando um grande crescimento na sua visitação com a implantação de novas rodovias que ligam essa região a Salvador.

A fazenda é belíssima, diz Luíza. A casa que é a sede se localiza em uma baixada, dentro de uma verdadeira grota. Da janela da cozinha se pode avistar a cachoeira, que é muito admirada por Fernando e por sua esposa. A ideia de ser proprietário de uma cachoeira é o que parece tê-los mais atraído. Segue uma fala de Fernando bastante elucidativa:

Na minha cabeça tenho um compromisso de transformar essa área num local cada vez mais protegido. Às vezes brinco que não comprei uma fazenda, mas uma mata e uma cachoeira para as futuras gerações (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2007).

Verifica-se como os limites entre o que é de Fernando e da coletividade são imprecisos diante de uma situação de apropriação do espaço natural. A fazenda, a propriedade rural, é de Fernando, mas os seus atributos naturais destinam-se à coletividade, sem deixarem, contudo, de pertencer a ele.

É possível afirmar que os conceitos de público e privado são insuficientes para tratar do fenômeno das RPPNs. Entrariam em cena, então, as noções de *patrimônio*, *posse* e *propriedade*, como ideias complementares, mas distintas, quando nos propomos a problematizar o par público-privado.

Como “dono” da terra, Fernando tem a sua *propriedade*, mas, como “guardião” do espaço natural a ser preservado, detém a *posse*, o que em termos jurídicos significa dizer que se detém o poder sobre algo temporariamente. É justamente a ideia de posse sobre a RPPN que permite que Fernando diga que a mata e a cachoeira que ele comprou são para as futuras gerações. Refere-se a algo inalienável, mas que pode ser passível de apropriação privada, em razão de sua condição de proprietário de RPPN.

É o fato de considerarmos os bens naturais como *patrimônio* que instaura tal paradoxo, que pode ser visível, por exemplo, na contraposição entre o regime jurídico da RPPN, que possibilita a troca mercantil² e o seu valor simbólico, que a posiciona no lugar dos objetos inalienáveis, sobre os quais se cede o uso, mas não a propriedade. Destaca-se que o que é inalienável não é a natureza em seus aspectos físicos, mas o que ela significa enquanto símbolo da reprodução da vida e da existência social.

Ao se tornar um proprietário rural, Fernando também passa a ser “dono do patrimônio natural”; ele compra as terras, as matas, adquirindo com elas o direito de ser seu guardião. O que se pode constatar, através das narrativas de Fernando e Luíza, é que o *status* de proprietário das terras autoriza e legitima o controle sobre o próprio espaço natural. Com a RPPN esse direito ganha a chancela legal.

Segundo Fernando, antes que ele assumisse o seu papel de dono / guardião, os bens naturais da fazenda estavam sendo depredados pelos turistas. Na fala abaixo, se verifica que um comportamento inadequado, como a realização de churrascos nas matas, tornava necessário, segundo Fernando, que ele “disciplinasse o acesso” à reserva:

Quando cheguei aqui estava tudo imundo, o chão cheio de lixo, garrafas, latinha, pois a presença das pessoas sempre deixa algum impacto. Desmanchei várias vezes churrasqueiras dentro do quiosque e estou buscando disciplinar o acesso. Recentemente, o próprio município tentou produzir um folder em que a cachoeira aparecia como um atrativo público. Mas não deixo entrar, senão em poucos anos vai estar tudo degradado. Posso dizer que este foi o motivo para a criação da RPPN. Antes que a prefeitura de Valença inventasse uma forma de promover o uso da área, quis tomar medidas acauteladoras e montei o processo para oficializar a reserva (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2007:24).

² A legislação estabelece que as RPPNs podem ser vendidas, contudo é garantida a sua perpetuidade, isto é, esse espaço jamais deixará de ser uma área protegida.

Ser proprietário do lugar é uma marca de distinção que diferencia Fernando das outras pessoas, as quais, segundo ele, “sempre deixam algum impacto”. Caberia a ele, como dono, regular a visitação. Devido ao seu “interesse pessoal na preservação”, Fernando dificultou o acesso público a sua reserva, instituindo uma taxa para passeio na cachoeira.

A criação da RPPN foi uma maneira de conter as visitas indesejadas e inesperadas, é o que afirma Luíza:

Um dia o Fernando me ligou: ô Ana, tava aqui conversando com o pessoal da região, a gente tem que ter um cuidado com essa mata... o que você acha? Ah, Fernando, vocês que vão aí, vocês que olham aí, eu acho que é legal. Ele falou assim, eu vou fazer um projeto. Quem sabe a gente não consegue transformar isso aqui numa RPPN? Essa mata... a gente queria fechar a fazenda porque tinha muita gente que entrava na fazenda pra caçar, pra tirar coisa da mata. Aí o Fernando falou, quem sabe a gente consegue inibir um pouco, começa a fechar um pouco a fazenda. Botar o Orlando pra morar ali em cima, pra não deixar gente entrar. Tentar coibir um pouco o pessoal que vinha... porque é muito perto da cidade. Pessoal vinha a pé e ia pra lá. Aí o Fernando falou assim, vamos fazer um projeto? Ele mesmo que fez um projeto. Eu falei, uai Fernando, pra mim tudo bem. Eu acho que preservar isso aí vai ser muito bom.

A gente fechou a porteira para os outros pedirem licença para entrar. Porque aí tem a regra para entrar lá, para não entrar com garrafa. Porque antigamente o pessoal descia... teve uma vez que eu tava lá, falei, que é isso? Eles desciam a pé, deixavam o ônibus lá em cima e iam descendo, com garrafa. Imagina, deixar garrafa na cachoeira. Turista. E um dia descobri na internet um hotel que colocou a fazenda no site do hotel. Aí eu liguei pro Fernando: Fernando, fulano aqui, a cachoeira ta no site do hotel como se fosse o roteiro deles. Aí eu falei pro Fernando. Tem uma região lá, chama Guaibim, a praia. Os hotéis faziam isso, enchiam de gente... que tem essa cachoeira e uma outra também. Aí eles levavam o pessoal de ônibus pra conhecer. Aí eles desciam igual piquenique. Aí nós falamos: pode voltar com garrafa. Não desce com garrafa. Aqui pode entrar, pode ir lá conhecer, mas garrafa não entra. E agora eu tive lá, o Fernando já mandou fazer as placas. Que é pra... questão de manejo e como tratar... e as pessoas também usar. Usar que a gente fala, conhecer. Que a gente também não pode privar de tudo. A gente nem consegue. Porque é aberto, é cerca. Entra. Tem cachorro. A gente cercou a casa, o pátio da casa porque entrou ladrão. Aí tem cachorro, cachorro bravo. Eu morro de medo. Tem uns rotweilers. Isso aí deu uma intimidação nas pessoas de entrarem na fazenda. Quem toma conta disso é esse rapaz que eu te falei. Ele

que olha os cachorros, que solta à noite. Tem uma parte maior que é toda fechada, pra ninguém entrar mesmo. Porque eles entram ali... roubaram tudo da fazenda. E aí a gente vai trabalhar, ta trabalhando a questão do manejo da reserva. E eu te falo uma coisa: não mata cobra lá. Nem cobra pode matar.

Pode-se observar que não é apenas a degradação da cachoeira e das nascentes que se condena, mas a postura inadequada daqueles que “desciam igual piquenique” e portavam e consumiam bebidas alcoólicas.

Assim, a propriedade privada sobre os bens naturais permite que Fernando possa decidir *quem* pode frequentar os espaços naturais sob seu controle e *de que forma* pode fazê-lo. Nota-se que o direito de “guardar” o patrimônio natural, adquirido na criação de uma RPPN, demonstra como a aquisição, coleção, restauração e conservação dos bens denominados patrimônios são compreendidas como formas de perpetuação do objeto, não como a usurpação do que é de todos (GONÇALVES, 2002).

A criação do Museu do Dendê parece se inserir em um projeto de “ecologização dos turistas” que Fernando idealizou para sua RPPN. Segundo ele:

O Morro de São Paulo atrai um monte de gente de fora, de Brasília e Belo Horizonte e turistas estrangeiros. Mas ninguém consegue vir e ficar na praia o dia inteiro. Então, por que esses turistas não podem conhecer a fazenda e levar uma mensagem cultural, voltando mais ricos do que chegaram (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2007:22).

Além de impor uma disciplina que alterasse o comportamento inadequado dos turistas em relação à sua RPPN, o Museu do Dendê era uma tentativa de criar novas alternativas para a economia da região, através da “revitalização de uma prática tradicional”, a produção do óleo de dendê feita em bases artesanais. Para Fernando, o cultivo do dendê proporciona benefícios sociais significativos aos pequenos agricultores, uma vez que possui baixo custo de produção e alta rentabilidade. Além disso, por apresentar baixos impactos ambientais, poderia contribuir com a preservação da floresta, incluindo aí sua RPPN.

O processamento do dendê nas propriedades baianas era realizado da seguinte forma: após um breve cozimento, o fruto era esmagado por uma grande roda de concreto e só então a parte externa era separada do coco para ser lavada; o material seguia para um tacho onde o bagaço se separava

do óleo, sendo este apurado para se transformar no azeite final (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2007).

Fernando reconstruiu uma roda que tritura o dendê para colocar no Museu. Poderia, assim, realizar uma simulação do processo ao público. Além disso, foi aí montada uma exposição de ferramentas, equipamentos e painéis nos quais se falava do método de colheita no dendezeiro, dos aspectos puramente botânicos da planta, sua história e até seu uso na culinária e na indústria.

Após conhecerem o Museu do Dendê os visitantes eram convidados a fazer um passeio pelo jardim de dendezeiros, estendendo a caminhada pelas trilhas da RPPN que conduziam a cachoeiras e bosques. A proposta de Fernando era desenvolver um trabalho de educação ambiental associando a conservação da natureza à valorização da “cultura regional”.

De acordo com Fernando, os dendezeiros que existem na sua fazenda eram símbolos de um “nicho cultural”, uma parte da Bahia que “por seu isolamento histórico manteve modos de vida e costumes tradicionais particulares” (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2007:22).

Os remanescentes de Mata Atlântica da RPPN, o dendê, o trabalho artesanal de extração do óleo, através das técnicas corporais, os instrumentos antigos como os tachos e o fogão são resquícios de um passado que se persegue. Conforme diz Luíza:

E aí, esse projeto, na verdade, é um projeto que tem a preservação e tem também história. A história fala lá, né? Que a primeira fábrica de dendê da região é da fazenda. Que é esse rodão aqui. Aqui tem um fogãozão, sabe? Na época que a gente veio tava tudo acabado, tudo detonado, com as tachonas.

Observa-se que a “história e a cultura local” que se quer preservar, juntamente com as matas e cachoeiras da RPPN, são objetificadas, deslocadas da experiência cotidiana e recriadas no Museu do Dendê.

A “prática tradicional local” na extração do óleo de dendê, a que Fernando tanto se refere, é entendida por ele como autêntica e original. Para Clifford (1994), as coleções e, especialmente os museus, criam a ilusão de uma representação adequada de um mundo, retirando os objetos de determinados contextos e fazendo com que representem uma totalidade abstrata.

A própria representação cênica do processo de extração desse produto para o público, na medida em que é esvaziada de um sentido primeiro,

relacionado ao trabalho artesanal visando ao consumo, torna-se um simulacro do real. Na verdade, é estabelecido um novo significado para essa ação, com objetivo pedagógico, visando demonstrar uma atividade econômica que poderia estar em melhor consonância com a natureza. Portanto, a apropriação da natureza, através da criação da RPPN, dos antigos utensílios da fábrica de óleo de dendê, do próprio dendê e das técnicas corporais laborais são também apropriações dos fatos e dos significados, o que permite a reconstrução, a fabricação de um passado.

Recriar esse passado implicava restaurar os utensílios e os instrumentos para a extração do óleo do dendê e introduzir novos elementos, como as baterias que geravam a energia elétrica.

Percebe-se que se obtém o novo. Não mais a tração animal irá movimentar a roda, mas a energia elétrica. De maneira semelhante, a produção do óleo do dendê ultrapassa o âmbito da culinária; torna-se uma estratégia educativa, informativa, tendo como objetivo central inspirar atividades econômicas nas áreas próximas à RPPN que não comprometessem a área tombada.

Pode-se dizer que o Museu do Dendê está em consonância com um novo modelo de museu que se oporia ao chamado “museu tradicional”. De acordo com o movimento denominado “Nova Museologia”, afirma Gonçalves:

Os museus devem assumir a sua função eminentemente social e superar os limites de uma concepção de cultura restrita à produção e circulação de bens culturais da elite, projetando-se assim como instituições afinadas com uma sociedade democrática. O “museu tradicional” seria elitista e voltado para si mesmo, distanciado do cotidiano dos indivíduos e dos grupos que compõem as modernas sociedades (GONÇALVES, 2007:89).

Gonçalves também transcreve os princípios que resumem a orientação ideológica da chamada Nova Museologia:

1. “o objeto está ao serviço do homem e não o inverso”; 2. “o tempo e o espaço não se fecham entre muros e paredes”; 3. “a arte não é a única expressão cultural do homem”, 4. “o profissional de museu é um ser social, um ator da mudança, um servidor da comunidade; 5. o visitante não é um consumidor dócil, mas um criador que pode e deve participar da construção do futuro”; 6. “a pesquisa, a conservação, a apresentação, a animação são funções, grupos de técnicas, mas em caso algum missões do museu”; 7. “por que o museu para nós é ou deve ser um dos instrumentos mais perfeitos que a sociedade se deu para preparar e acompanhar sua própria transformação” (NICOLAS *apud* GONÇALVES, 2007:90).

O Museu do Dendê, os jardins de dendezeiros e a própria RPPN, os quais os visitantes são convidados a conhecer, são uma forma de selecionar, classificar, ordenar o espaço natural que demarca um domínio subjetivo, um território controlado pelas regras do “eu”. Tal apropriação da natureza implica também a reconstrução da história e de uma prática cultural que se acredita “tradicional”.

Colecionando-se a si mesmo

Laura Ferraz também tem como projeto a construção de um museu de fauna e flora na RPPN Sítio Shangri-lá. Porém, além disso, tem criado um verdadeiro “museu pessoal”, onde arquiva as mais diferentes manifestações de prestígio e reconhecimento pelas suas atividades em prol da conservação da natureza. Isso tem ocorrido através da sua experiência com a temática ambiental, ao longo de sua trajetória como professora e agora como proprietária rural e Rppnista.

Laura Ferraz é educadora aposentada, tendo estudado também técnicas agrícolas no ensino médio. Trabalhou como professora em Niterói, quando teve a oportunidade de desenvolver com seus alunos diversas atividades relacionadas à temática meio ambiente.

A história de Laura é representativa de como os “patrimônios nos inventam” (GONÇALVES, 2007), ao mesmo tempo em que os construímos no tempo e no espaço. A autoimagem de Laura, como “guerreira”, “naturalista”, “visionária”, vai sendo moldada a partir do reconhecimento obtido com a sua atuação na área ambiental. Sua coleção de reportagens, fotos, dedicatórias é a peça-chave dessa construção subjetiva. Intermediada por esses objetos, a experiência de Laura evidencia como a prática de colecionamento-exposição é um processo crucial de formação de subjetividades (CLIFFORD, 1994).

Estabelecer o primeiro contato com Laura Jatobá não foi uma tarefa fácil: *e-mails* que retornavam, ligações telefônicas que não se completavam. Boa parte do seu tempo Laura dedicava às tarefas no sítio onde, com frequência, ficava incomunicável. Localizado em Macaé, RJ, o sítio era de difícil acesso. As precárias condições da estrada, não asfaltada, eram apontadas por Laura como um dos principais problemas enfrentados, já que tinha como um dos seus grandes propósitos receber visitantes que quisessem conhecer sua RPPN. O trajeto, em geral, só era possível entre abril e novembro, meses de

pouca chuva. Mesmo assim, era preciso viajar durante três horas sobre terra batida, o que dificilmente poderia ser feito sem um veículo de tração nas quatro rodas.

Quando, enfim, consigo falar com Laura, ela se mostra muito receptiva e se diz muito contente por eu ter me interessado em entrevistá-la. Afinal, poderia assim *divulgar* a sua reserva. Dar visibilidade ao seu projeto, *divulgar* a sua RPPN são objetivos sempre enfatizados por Laura.

O nome da sua RPPN, Sítio Shangri-lá, é bastante sugestivo. Segundo ela, foi inspirado em um filme a que havia assistido, *Horizonte Perdido*, o qual fala sobre Shangri-lá, um lugar mágico, situado entre as montanhas do Tibet. Era um refúgio, que só poucos privilegiados poderiam conhecer, de acesso tão difícil como seu sítio. Na década de 1980, quando ainda vivia em Niterói, Laura e sua família foram vítimas de um assalto. A partir de então, decidiram buscar no campo um “refúgio” da violência das grandes cidades: o sítio que viria a se chamar Shangri-lá.

A procura desse lugar foi baseada em dois critérios: abundância de água e matas. Laura teve certeza de ter encontrado o local ideal quando “recebeu um sinal”: aconteceu um acidente com o carro em que ela e sua família estavam, de maneira semelhante ao ocorrido no filme *Horizonte Perdido*. Laura então não teve dúvidas e comprou o sítio.

Se, por um lado, o isolamento do sítio, em virtude da má condição das estradas, é vivenciado por Laura como um problema, por outro lado, foi o que mais a atraiu. As matas estavam bastante preservadas. Segundo ela: “lá é uma ilha, um nicho. O primeiro vizinho está a 8 km de distância”.

Da mesma forma, é a sua atuação como desbravadora, enfrentando toda série de adversidades nas estradas, que a tornou portadora do título de “guerreira”, recebido na ocasião de sua indicação para o prêmio CREA-RJ (Conselho Regional de Engenharia Agronomia do Estado do Rio de Janeiro) de meio ambiente e que Laura exhibe com orgulho.

Desde quando comprou o sítio, Laura queria criar uma reserva florestal, antes mesmo de saber da possibilidade de se instituir uma RPPN. De acordo com ela, essa seria a primeira do estado do Rio de Janeiro. Laura se considera uma “grande naturalista”, com uma longa trajetória já percorrida na área ambiental, desde os tempos em que coordenava o “Clube dos Amigos da Natureza”, quando era professora em Niterói:

Incentivava o amor pela natureza nos jovens e eles acabaram me incentivando a criar a reserva ecológica. Fazíamos reflorestamento

em parques, concursos de frases sobre o perigo dos balões. Algo como: o fogo se apaga e o prejuízo, quem paga? Além da valorização da alimentação natural, concurso de maquetes de fazendas biodinâmicas, artesanato reciclável. Tudo me fazia refletir sobre a vida na cidade grande e a vontade em vir para o interior (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2007:252).

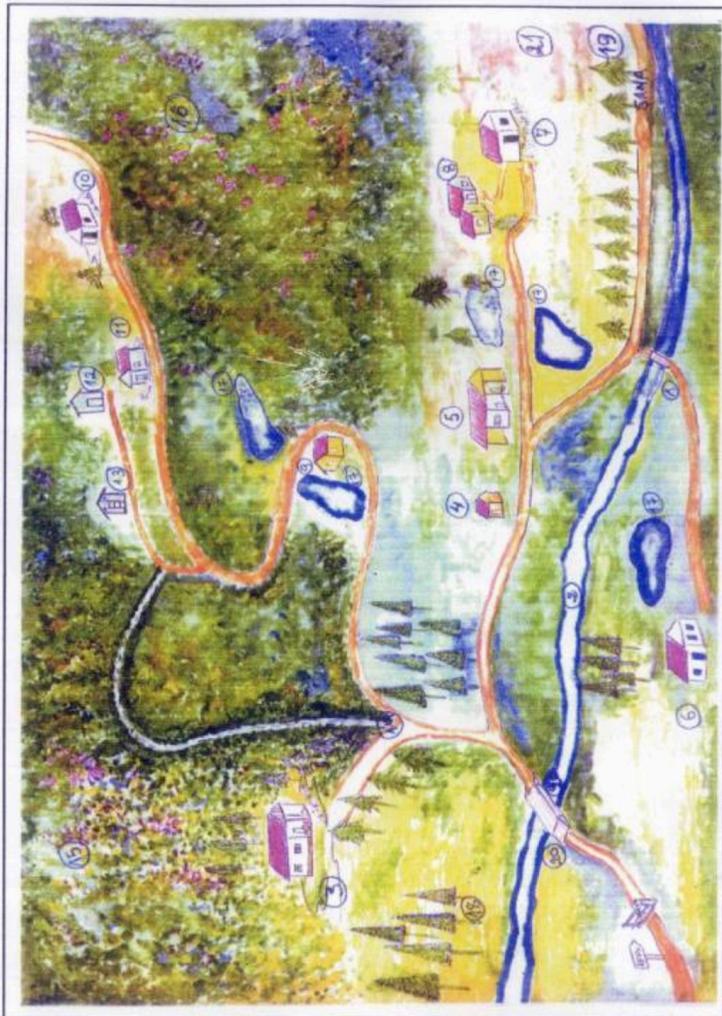
A decisão de criar uma RPPN no sítio foi tomada quando Laura descobriu que poderia desenvolver ecoturismo e educação ambiental na reserva. Para Laura, essa seria uma possibilidade de se manter financeiramente e “divulgar o que é lindo”.

“Dar visibilidade ao Sítio Shangri-lá”. Com esse propósito Laura cria a RPPN e começa a desenvolver alternativas que permitam que a reserva seja vista. Como a manutenção das estradas não era feita adequadamente pelo Poder Público, Laura toma a iniciativa e organiza mutirões entre vizinhos para executarem as obras. Com frequência, tem reunido os moradores, oferecido alimentação e sorteado brindes entre os que participam.

Para resolver o problema da energia elétrica, Laura planejou e ajudou na construção de três hidrelétricas nos cursos de água do sítio. Também construiu pontes sem as quais não seria possível chegar ao sítio.

A intenção de tornar o sítio, com sua RPPN, alvo de visitação turística se expressa na ordenação e no planejamento espacial, onde se observa a criação de uma infraestrutura totalmente voltada para a recepção. É o que se observa no croqui feito pela própria Laura:

RPPN SHANGRI-LÁ – Reserva Ecológica com 43ha
A Primeira RPPN em Sana, Macaé/RJ



- 1- Ponte concreto menor
- 2- Córrego do Fundão
- 3- Casa Grande e/ garagem (pronta para hóspedes)
- 4- Casa de Força
- 5- Garagem, oficina e depósito
- 6- Casa de caseiro I
- 7- Casa II (hóspedes)
- 8- Casa de caseiro II
- 9- Casa para palestras, cursos (a ser reformada)
- 10- Casa III (hóspedes)
- 11- Casa IV (hóspedes)
- 12- Moinho de pedra
- 13- Gerador II
- 14- Trilha na Mata
- 15- Mata Nativa (anim. silvestres)
- 16- Mata Nativa
- 17- Cinco lagos com peixes
- 18- Mata exótica (eucalipto)
- 19- estrada para Sana
- 20- Ponte de concreto maior
- 21- gerador novo – mais potente.

Na foto abaixo, observa-se um desenho feito por Laura do que ela imaginava que deveria ser a sede da fazenda:



Segue a foto atual dessa casa:



A RPPN Shangri-lá, através do programa de apoio a RPPNs, Aliança para a Mata Atlântica, recebeu recursos para construção da infraestrutura necessária para o desenvolvimento do ecoturismo e da educação ambiental. Com a verba do projeto, Laura também comprou prateleiras e vidros para implementar um museu de fauna e flora. Já possui alguns animais embalsamados, ninhos de pássaros, herbário e insetos para iniciar a coleção. Contudo, esperava que a catalogação fosse feita por pesquisadores de alguma universidade, que estariam, segundo ela, mais habilitados a realizar tal tarefa. Quando pergunto a Laura por que criar um museu de fauna e flora, ela responde que é importante para a visitação. É preciso ter o que mostrar aos visitantes.

Embora delegasse aos *experts* a tarefa de organizar o museu de sua RPPN, Laura se antecipou e tratou de criar ela mesma um “memorial de conhecimentos tradicionais”, informações sobre hábitos, crenças e comportamentos de antigos moradores da região, que teriam um espaço reservado para serem expostos no museu.

Abaixo, transcrevo um relato que Laura me enviou por e-mail (2008):

Há 25 anos passados, quando chegamos no Sossego (hoje RPPN Shangri-lá, 2008), região essa distante 50km da primeira cidade que é Bom Jardim em 1980, era toda de barro, hoje tem 27km de trilha. Encontramos poucas famílias, de origem suíça, alemã, etc, tais como Berçoth, Kleim, Mafort, Mozza, Boloneker, mais ou menos no entorno. O mais conhecido era o velho Denanci Berçoth, com 13 filhos, 3 homens, dentre 10 mulheres. Já lá viviam por muito tempo, quase isolados, se deslocavam com mulas, burros e égua (essa chamada Brasília. Comentava ele que o combustível dela era baratinho- era capim, nunca faltava). Com isso levavam alguma mercadoria que produzia e comprava alguma coisa em venda distante. Só havia uma escola no Tirol, 2 horas a pé, turma de primeira a quarta série. Assim que cheguei fundei uma escolinha que chegou a ter 15 alunos, dava merenda e material escolar. As filhas do Denanci nunca tinham ido a Bom Jardim. Eles produziam quase tudo de básico, na produção de milho. Tendo córrego, nele fizeram moinho de pedra, onde recebia dos vizinhos sacos de milho para moer, fazendo fubá. Por dez quilos de milho moído recebia 1kg de fubá, chamavam isso de marquia. As casas eram de sopapo, suspensas mais ou menos um metro de altura do chão, apoiadas em madeira de lei, tirada da própria mata, trabalhada artesanalmente. A altura é para evitar cobras, que lá há em grande quantidade. Não tinham hábito de tomar banho de rio, só de bacia numa cobertura pequena que havia fora de casa que também funcionava como banheiro. Afirmavam também que quando o macaco grande gritava era certo vir a chuva. Após colher o café cozinhavam o mesmo e estendiam no quintal para facilitar a retirada da casca. Após torrar

socavam num pilão que eles mesmos faziam de toco de madeira. Quanto ao aipim, eles têm que decotar (cortar os galhos todos). Isso próximo do verão, é um hábito deles para o aipim dar bem. É expressamente proibido chupar tangerinas quando alguém está gripado. Quando da inauguração da construção da casa grande de Shangri-lá fizeram questão que fizéssemos uma procissão com cartazes e fitas enfeitando, saindo da casa grande até a capelinha de São Francisco de Assis que é o Patrono da ecologia. Quando dos casamentos das filhas, o campo, o quintal ficava cheio de cavalos, éguas, burros e motos velhas dos vizinhos. Ofereciam almoço e o escrivão de Macaé ia até a casa encravada na roça para realizar a cerimônia. As meninas não conheciam o que era maiô, só comigo tomaram banho de lago. As garotas catavam caramujos grandes com casca de 1 palmo mais ou menos tiravam da casca, cozinhavam e comiam. O moedor de cana era todo feito de madeira e com a ajuda de arame farpado para espremer a cana e com o caldo fazia café e açúcar preto mascavo. Não havia luz elétrica usavam tochas e lamparinas a diesel. Só depois com minha chegada, nosso exemplo, fizeram também uma pequena hidro-elétrica. O velho Denanci tirava madeira da mata rudimentarmente com machado e puxava as toras com auxílio das filhas maiores que comandavam os bois, que docilmente obedeciam.

Vale a pena buscar categorizar as informações que Laura considerou importantes para se tornarem coleção do museu: culinária; hábitos alimentares e higiênicos; economia; religião; trabalho.

É curioso perceber que, ao se propor “resgatar os conhecimentos tradicionais” (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2007:254) com a elaboração desse memorial, Laura também recupera a sua participação nesse passado em que contribuía com a transmissão de um novo padrão de conhecimento. Ao relatar a sua atuação na criação e no funcionamento da escola, como professora, na alteração de comportamentos, como o uso de maiôs pelas moças, na instalação da luz elétrica, Laura se coloca como parte dessa coleção.

Laura coleciona-se a si mesma através dos objetos que se encarrega de catalogar, os quais trazem informações sobre a história de Shangri-lá e sobre a sua trajetória como ambientalista.

Quando nos encontramos na casa de sua filha em Bom Jardim, RJ, Laura me esperava cercada de pastas com fotos e documentos arquivados. Algumas pastas eram verdadeiros álbuns onde se encontravam fotografias sobre o sítio antes e depois da criação da RPPN, os mutirões para recuperar a estrada, as belezas cênicas, os visitantes que passaram por seu sítio e as paisagens e exemplares de flora e fauna.

Também estavam organizados nas pastas de Laura mapas e croquis, projetos, documentos diversos, reportagens sobre a sua indicação para o prêmio “CREA-RJ de Meio Ambiente” e sobre a publicação da história de criação de sua RPPN no livro *Minha terra protegida*.

Laura também possuía um livro para dedicatórias e assinaturas das pessoas que visitavam o seu sítio e sua RPPN. Embora não tivesse ido até lá, ela ainda assim solicitou que eu assinasse e escrevesse nesse livro.

Após a entrevista, Laura me mandou um *e-mail* (2008) dizendo:

Você não pode imaginar como foi importante para mim a entrevista que você fez comigo em Bom Jardim, pois seria impossível ir na RPPN Shangri-lá, já que fica a uns 50 km de distância e três horas de viagem. Gostaria que você me mandasse um e-mail informando o seguinte: seu nome, profissão, onde trabalha, local onde está fazendo a pós, onde reside, o objetivo da entrevista e como soube dos detalhes da RPPN e de sua proprietária e administradora. Como você pôde ver gosto de colocar tudo em pasta e arquivar. Seria interessante conhecer o produto de sua entrevista.

Nota importante: é bom anotar, fotografar, documentar e guardar, se assim não fosse eu não estaria fazendo esse trabalho com você e não teria uma história para contar.

Não havia como não notar a extrema organização de Laura com todo o material relativo ao seu sítio. Qualquer fonte documental, até mesmo os dados sobre a minha pesquisa e sobre mim mesma eram importantes para que ela pudesse *arquivar* a memória do sítio Shangri-lá.

Pouco tempo depois recebo em casa o seu *curriculum vitae*, juntamente com cópias de alguns mapas do sítio e da RPPN, do título de reconhecimento da reserva pelo IBAMA, da sua indicação ao prêmio CREA-RJ de meio ambiente. Estavam aí listados os diversos cursos de psicologia, pedagogia, turismo rural, medicina alternativa, educação ambiental, psicultura, apicultura, negócios e formação de lideranças, elaboração de plano de manejo em RPPNs, entre outros.

Laura se dedicava a arquivar títulos, honras, prêmios; como ela mesma disse, através de seu trabalho de documentação, pode-se contar uma história. E o que ela me mostrava com o seu *curriculum* era como, através da sua atuação no campo ambiental, construía a sua história pessoal, em que protagonizava como “guerreira”, “desbravadora”, “guardiã”. Laura ergue um museu individual, onde coleciona prestígio, notoriedade, reconhecimento:

Estou recebendo isso em vida. É um trabalho espontâneo e as pessoas parabenizam.

Estou cada vez mais orgulhosa dessa escolha. É muito gratificante ter um lugar que você cuida de ponta a ponta, põe flores, árvores... e ainda recebe elogios das pessoas que vêm visitar (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2007:248).

A RPPN e o museu da fauna e flora, em vias de construção, participam dessa construção subjetiva. A RPPN surge como possibilidade da visualização de um *self ecológico* que foi se constituindo ao longo de suas experiências como educadora, “amante das flores” (como ela mesma se diz), proprietária de um “refúgio” natural. Promovendo o turismo em sua RPPN, Laura pode expor a sua coleção natural, contudo, mais que isso, expõe-se a si própria. Afinal, o colecionar pode ser uma excelente estratégia para a distribuição do “eu” (CLIFFORD, 1994).

As histórias desses *Colecionadores da Natureza* inspiram uma reflexão sobre como os objetos com os quais eles lidam mediam construções subjetivas. Sua realidade material é apropriada e significada de tal forma que passa a corresponder diretamente às trajetórias desses sujeitos, viabilizando, inclusive, os projetos individuais. Organizar essas coleções é dispor, suprimir, acrescentar, relacionar elementos que através de sua materialidade expressam uma história, cuja verossimilhança se faz não apenas na maneira como são expostos, mas essencialmente na forma como são incorporados e descritos nos discursos desses sujeitos.

Referências

- BAUDRILLARD, Jean
(2008) *O sistema de objetos*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- CLIFFORD, James
(1994) “Colecionando arte e cultura”. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, nº. 23, p. 69-89.
- FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS.
(2008) Disponível em: <http://www.biodiversitas.org.br>. Acesso em 01/11/2008.
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA
(2007) *Minha terra protegida: histórias das RPPNs da Mata Atlântica*. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos
(2007). *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.
- (2002) *A retórica da perda: os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ.

IPHAN

(2007) *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: IPHAN.

LATOUR, Bruno

(2006) "Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções". In: BARATIN, Marc (Org.). *O poder das bibliotecas*. Rio de Janeiro: UFRJ.

(2001) *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC.

MAUSS, Marcel

(2002) *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.

PRADO, Rosane & CATÃO, Helena

(2008) "Fronteiras do manejo: embates entre concepções num universo de unidade de conservação". In: *26ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia*. CD-ROM. Caxambu.

PRIMACK, Richard & RODRIGUES, Efraim

(2001) *Biologia da conservação*. Londrina: E. Rodrigues.

SILVEIRA, Luciana Braga

(2009) *Os donos da natureza: patrimônio, posse e propriedade na instituição de RPPNs*. Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Recebido em

janeiro de 2010

Aprovado em

junho de 2010